

Ensaio sobre a fundamentação da presença cristã no campo do político: Cristo como modelo apolítico

*Gustavo Felipe da Silva*²⁵⁸

Resumo: O artigo analisa aspectos da fundamentação da presença cristã no campo político, levando em consideração Cristo como modelo apolítico, na tentativa de recuperar a essência espiritual da palavra de Deus. Traçando um percurso que se inicia com as origens da instituição monárquica em Israel, conforme descrito em 1 Samuel 8, o texto discute como essa instituição representou um afastamento do ideal de governo divino, o que pode ter influenciado a concepção messiânica política da vinda de Cristo. Posteriormente, a institucionalização do cristianismo pelo Império Romano contribuiu ainda mais para transformar sua essência original, deslocando o foco espiritual para interesses terrenos, o que tem nos influenciado até o presente momento. Diante do caráter espiritual do cristianismo exemplificado por Cristo nas Sagradas Escrituras, especialmente quando Ele afirma: "O meu Reino não é deste mundo" (João 18:36), o artigo repensa a permanência do messianismo político, sua contemporaneidade e a atuação dos cristãos na política, sempre reivindicando um salvador terreno. Isso nos leva a questionar se essa postura está em sintonia com o exemplo de Cristo e com a natureza espiritual e escatológica do evangelho.

Palavras-chave: Teologia Política, Reino de Deus, Messianismo Político, Espiritualidade Cristã.

Abstract: The article analyzes aspects of the foundation of Christian presence in the political sphere, considering Christ as an apolitical model in an effort to recover the spiritual essence of God's word. Tracing a path that begins with the origins of monarchy in Israel, as described in 1 Samuel 8, the text discusses how this institution represented a departure from the ideal of divine governance, which may have influenced the political messianic conception of Christ's coming. Subsequently, the institutionalization of Christianity by the Roman Empire further contributed to transforming its original essence, shifting its focus from spiritual matters to earthly interests, which continues to influence us to this day. In light of the spiritual nature of Christianity exemplified by Christ in the Scriptures, especially when He declares, "My kingdom is not of this world" (John 18:36), the article reconsiders the persistence of political messianism, its contemporary relevance, and the involvement of Christians in politics, always seeking an earthly savior. This leads us to question whether this stance aligns with Christ's example and the spiritual and eschatological nature of the gospel.

Keywords: Political Theology, Kingdom of God, Political Messianism, Christian Spirituality.

1. INTRODUÇÃO

²⁵⁸ Mestre em filosofia pela Universidade Estadual de Maringá, e licenciado em História pela mesma Instituição. E-mail para contato: gustavofelipe.uem2013@outlook.com

Considerações teórico-metodológicas

Embora o estudo da história política tenha outrora sido objeto de crítica, buscamos fortalecer a sua importância, de modo que não foi negligenciada nem pelos seus críticos mais ferrenhos. No entanto, embora Febvre e Braudel não a tenha ignorado completamente, não significa que a consideraram com muita seriedade. O retorno ao estudo da política proeminente na terceira geração, é uma reação tanto a Braudel quanto a outras formas de determinismos. Isso está associado à redescoberta da importância da ação em oposição à estrutura e também ao que os americanos chamam de "cultura política", ou seja, ideias e mentalidades políticas. Graças a Foucault, esse retorno também se estendeu para a "micropolítica", a luta pelo poder dentro de contextos como família, escola e fábricas. Como resultado, dessas mudanças, a história política passa por um processo de renovação²⁵⁹. É sobre esse aspecto da terceira geração que enquadraremos nossa proposta, pois nos possibilita refletir sobre as ideias e mentalidades a respeito da cultura política envolta em nossa temática. , trabalharemos nossa temática sob o de longa duração introduzido pelos *Annales*²⁶⁰, uma vez que pretendemos analisar o tema, não como um fato isolado, mas como um tema que é caro a história das ideias políticas no Ocidente, de modo que não seria estranho dizermos que está intimamente ligado a problemática da formação da Cristandade no Ocidente.

O que nos possibilita essa análise certamente, é a renovação produzida pelos *Annales*, assim, pois a partir de Febvre, Bloch, Braudel e os representantes da 3ª geração será a perspectiva da longa duração que irá perdurar, a tentativa de superação do evento. Algo que era Impensável em história, a repetição, a permanência, a quantificação de movimentos reversíveis e regulares, a longa duração, enfim, torna-se a direção principal do olhar do historiador. Uma outra história começa a ser pensada. Um tempo histórico desacelerado, que inclui a simultaneidade, criará uma ação histórica planejada, cautelosa com a sensibilidade da resistência dos processos objetivos aos projetos subjetivos²⁶¹. É esse quadro que nos dará um parâmetro metodológico de como realizar nossa pesquisa, que nos possibilitara transitar entre o passado e o presente, presente e

²⁵⁹ Burke, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. pp. 70-73.

²⁶⁰ Cf. Burke, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. pp. 11;38;92; *REIS, José Carlos*. *Escola dos Annales: A renovação teórico-metodológica e "utópica" da História pela reconstrução do tempo histórico*. p. 21.

²⁶¹ *REIS, José Carlos*. *Escola dos Annales: A renovação teórico-metodológica e "utópica" da História pela reconstrução do tempo histórico*. pp. 20-22.

passado²⁶² afim de melhor conhecer esse evento e as mudanças humanas através do tempo.

Isso nos possibilita olhar para o nosso tema de pesquisa não como algo dado no passado, imutável, mas acompanhar as mudanças e transformações ao longo tempo. Nós possibilita estabelecer um diálogo entre presente e passado por meio da história problema, seguindo essa definição dos *Annales*, sob a qual sem problema não há história, é que fomos motivados a realizar essa pesquisa, é a partir da problemática do presente, nosso lugar social e institucional que fomos instigados a de certo modo a interrogar o nosso passado, a fim de melhor compreender a relação existente entre o governo político e a estrutura eclesiástica, se hoje notamos uma forte tendência religiosa no campo do político, seria improprio não considerar que essa questão perpassa e se transforma durante séculos da convivência humana de modo que ambos os tempos dialogam-se entre si²⁶³. Nos permitindo perceber como ocorre a permanência do messianismo político, dentro do cristianismo ocidental.

2. A gênese

O cristianismo surgiu como um movimento dentro do judaísmo no primeiro século, influenciado pela tradição judaica que aguardava um messias, como evidenciado em diversas passagens das escrituras. Por exemplo, Isaías 7:14 fala sobre o sinal dado pelo Senhor: "Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho, e ele será chamado Emanuel". Em Isaías 9:6-7, é profetizado que um filho será dado, cujo governo trará paz sem fim, estabelecido sobre o trono de Davi com justiça e retidão. Miquéias 5:2 prediz que de Belém sairá aquele que reinará em Israel, cujas origens são desde os tempos antigos. Isaías 11:1-5 descreve um rebento do tronco de Jessé, sobre quem repousará o Espírito do Senhor, trazendo sabedoria, entendimento, conselho, fortaleza, conhecimento e temor do Senhor. Este governante julgará com justiça e equidade, trazendo paz e punindo o ímpio. Zacarias 9:9 anuncia a vinda de um Rei justo e salvador, montado em um jumento, símbolo de humildade.

Contudo, é possível dizer que o Cristo tão esperado e profetizado pelos judeus pode ter sido justamente o que causou o distanciamento entre judeus e os seguidores de Cristo? É certo que o Novo Testamento apresenta diferenças na prática cristã em relação

²⁶² REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A renovação teórico-metodológica e "utópica" da História pela reconstrução do tempo histórico*. p. 12.

²⁶³Cf. REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A renovação teórico-metodológica e "utópica" da História pela reconstrução do tempo histórico*. pp. 23-28.

à tradição judaica, como por exemplo a Circuncisão: No Velho Testamento, a circuncisão era um sinal da aliança entre Deus e o povo de Israel, conforme estabelecido com Abraão em Gênesis 17:9-14. No entanto, no Novo Testamento, especialmente nos ensinamentos de Paulo, a circuncisão física é vista como menos importante em comparação com a circuncisão do coração, alcançada pela fé em Cristo. O Sábado: No Velho Testamento, a observância do sábado era uma parte central da lei mosaica, sendo um dia de descanso e adoração conforme Êxodo 20:8-11 e Deuteronômio 5:12-15. No entanto, no Novo Testamento, especialmente nos ensinamentos de Jesus, o sábado é interpretado de maneira mais flexível. Jesus afirmou que o sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado, e realizou curas e outras atividades benevolentes no sábado, provocando conflitos com os líderes religiosos da época em Marcos 2:27-28 e Lucas 13:10-17. A Lei Mosaica: No Velho Testamento, a Lei de Moisés (a Torá) era central para a vida religiosa e social do povo de Israel, abrangendo uma ampla gama de prescrições e mandamentos. No Novo Testamento, especialmente nos escritos de Paulo, a Lei é vista como tendo sido cumprida em Cristo e não mais obrigatória para os cristãos. Em vez disso, os crentes são guiados pelo amor e pelo Espírito Santo conforme Romanos 7:6, Gálatas 3:24-25 e Gálatas 5:18. Os Sacrifícios e o Templo: No Velho Testamento, os sacrifícios de animais eram uma parte fundamental da adoração a Deus, realizados no Templo em Jerusalém. No Novo Testamento, Jesus é apresentado como o sacrifício final e perfeito pelos pecados da humanidade, tornando os sacrifícios de animais obsoletos. Além disso, após a destruição do Templo em 70 d.C., o culto judaico baseado em sacrifícios cessou, enquanto os cristãos passaram a adorar em comunidades locais em Hebreus 10:1-18.

Outros exemplos poderiam ser enumerados, mas aqui nos interessa outro aspecto, menos espiritual, que parece distinguir judeus e cristãos: a relação de Cristo com o exercício de uma autoridade política. Isso tem influência, especialmente considerando a persistência histórica do messianismo político. O anúncio do Messias perpassa e se reforça ao longo do Antigo Testamento, desde o primeiro livro Gênesis 3:15, Gênesis 22:18, Gênesis 49:8-10, até Malaquias 3:1, desdobrando-se em imagens particularmente impressionantes em Isaías e Daniel. O Messias será um rei judeu, descendente de Davi, cujo esplendor eclipsará o de todos os outros reis; seu reino reunirá os povos em torno do culto ao Deus verdadeiro.

Pelo menos uma parte dos judeus, esperavam que o Messias fosse um rei temporal (sentido político). O conceito do Messias, varia entre diferentes correntes do judaísmo, mas muitos esperavam um líder que restauraria o reino de Israel e traria uma era de paz e justiça. No entanto, há uma distinção importante entre a expectativa messiânica judaica e a interpretação cristã de Jesus como o Messias. Enquanto alguns judeus esperavam um líder político e militar que libertaria Israel do domínio estrangeiro, o conceito cristão de Messias centrou-se mais em um redentor espiritual, cujo reinado é de natureza espiritual e celestial, em vez de político ou temporal. Então, enquanto algumas pessoas na época de Jesus, incluindo alguns judeus, podem ter esperado um líder temporal, a mensagem e a missão de Jesus como entendidas pelos cristãos não se alinhavam completamente com essas expectativas terrenas de reinado. Jesus enfatizou um reino espiritual e uma transformação interior mais do que uma autoridade política ou militar, característica importante, se considerarmos a ideia de reinados messiânicos²⁶⁴. Sobretudo pois, em torno do século I, na Palestina, está sobre o espectro da dominação romana, o que delimita claramente uma fronteira entre messianismo judaico antigo e cristianismo primitivo, e sobretudo induz a querer um messias salvador político²⁶⁵. O que pode ter influenciado para se instruírem da noção temporal do reino de Deus.

No entanto, pelos escritos do Novo Testamento, Jesus se contrapõe a este modelo. As parábolas anunciam que o seu Reino será belo e se estabelecerá sobre a terra, mas apenas como uma antecipação provisória da realidade celeste (ele o designa como "O Reino dos Céus", conforme Mateus 13. Este Reino se constituirá na dimensão política e social, mas é essencialmente interior, exigindo busca para ser verdadeiramente descoberto (parábolas do tesouro escondido e da pérola preciosa). Não virá com a pompa esperada pelos fariseus (Lucas 17:20), mas crescerá lentamente (parábola do semeador), transformando gradualmente o mundo (parábola do fermento), mesmo que ainda haja maus (parábolas do joio, da rede, do homem nas bodas sem a roupa apropriada, das virgens imprudentes, entre outras). Sobretudo, o Reino não será estabelecido pela força militar (Mateus 26:52), mas, ao contrário, será marcado por perseguições (Mateus 5:10-12; João 12:24-25). As riquezas não serão mais de ouro ou

²⁶⁴ Para conferir as tipologias de messianismos ver; DESROCHE, Henri et al. Dicionário de messianismos e milenarismos. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.pp. 32-40

²⁶⁵ SANTOS, Carlos Antonio dos. Fronteiras entre messianismo judaico antigo e cristianismo primitivo. Revista Jesus Histórico, v. 8, n. 14, p. 68-87, 2015.

prata, mas interiores (Mateus 5:3). Seus líderes não buscarão dominar, mas servir aos outros (Lucas 22:24-27; João 13:15). Enfim, embora tenha surgido entre os judeus (Mateus 15:24) e se imponha ao mundo inteiro (Mateus 28:18), o Reino não será um domínio mundial e temporal do povo eleito, mas, ao contrário, será um lugar de escolha para os pagãos convertidos, figurados nas ovelhas reencontradas (João 10:16).

Confrontam-se duas concepções opostas do reino messiânico durante a vida pública de Cristo. Não há outro lugar que esclareça melhor essa questão nas escrituras do que dois exemplos que nos parecem bem esclarecedores. Quando o demônio tenta o Messias, fala-lhe apenas de satisfações do corpo, glória humana e domínio mundial (Mateus 4:1-11). Mais tarde, após a multiplicação dos pães, quando tentaram proclamá-lo rei, Jesus se evadiu para evitar que os judeus se revoltassem contra os romanos (João 6:15). Interrogado por Pilatos, ele reconhece-se como rei (João 18:37), mas nos ensina que seu reino não é deste mundo (João 18:36). Tais passagens deveriam ser suficientes para demonstrar o motivo de Cristo não ser reconhecido pelos judeus, considerando também sua situação histórica, pois esperavam um redentor temporal para libertá-los.

O modelo cristão afirma que, sendo rei, Cristo não veio exercer sua potestade e autoridade no âmbito político. Além disso, quando o diabo tentou Jesus no deserto, oferecendo-lhe os reinos da terra em troca de adoração (Mateus 4:8-10), Jesus rejeitou firmemente essa proposta, declarando: "Retire-se, Satanás! Pois está escrito: 'Adore o Senhor, o seu Deus, e só a ele preste culto'" (Mateus 4:10). Parece-nos que os reinos temporais são vistos por essa passagem justamente como algo que não pertence ao domínio cristão, uma vez que Cristo não o desejou, embora pudesse legitimamente tê-lo, mas não estava em sua posse. Isso é evidenciado pelo fato de que foi oferecido pelo diabo, que afirmou ter domínio sobre os reinos e impérios, não Cristo.

Certamente isso pode confundir os cristãos, diante das muitas adversidades da vida cristã, o que não é surpreendente, pois, pouco antes da Ascensão de Cristo, até mesmo os próprios apóstolos mostraram-se ignorantes quanto à natureza do reino messiânico: "Senhor, é porventura agora que ides instaurar o reino de Israel?" (Atos 1:6). Eles pensavam que Cristo tinha vindo para estabelecer um reino temporal. Dois mil anos depois, a mesma questão ainda ressoa na história: Cristo veio para proclamar um reino sobrenatural, salvando as almas das garras do demônio? Ou seria o contrário, uma expectativa de reino terreno, riquezas, coroas, vitórias e glórias terrenas, interpretando assim as profecias do Antigo Testamento como um messianismo político?

Seria esse o papel das bancadas evangélicas mundialmente? Os ministros de Cristo devem se envolver politicamente para que o Cristianismo triunfe?

3. A Permanência História

A "bancada evangélica" expressão frequentemente utilizada para se referir a um grupo de legisladores em um parlamento que se identificam como evangélicos e que muitas vezes defendem pautas relacionadas à sua fé e valores religiosos. Esse termo é comumente empregado em países onde há uma presença significativa de políticos evangélicos, como Brasil e alguns outros países da América Latina. No Brasil, por exemplo, a bancada evangélica é uma das maiores e mais influentes dentro do Congresso Nacional. Ela costuma se unir para defender questões relacionadas à família, moralidade, religião e outras pautas alinhadas com suas convicções religiosas. Isso inclui temas como oposição ao aborto, defesa da família tradicional, oposição à legalização das drogas, entre outros. A bancada evangélica também pode ser um ator importante em debates sobre políticas públicas relacionadas à educação, saúde, segurança, entre outros temas, quando essas questões estão relacionadas a valores morais e religiosos. É importante notar que a influência e as agendas da bancada evangélica podem variar significativamente de país para país, dependendo do contexto político, social e religioso específico de cada nação.

Essa tentativa de adentrar a política para não ser perseguido, pelo mundo, pelos infieis, e pelos pagãos, não contraria o plano escatológico do pensamento cristão, uma vez que a igreja seria perseguida? Seria a bancada evangélica uma espécie de sincretismo do messianismo político judeu em busca de um messias para a paz temporal?

De muitas passagens, podemos perceber que pelo exemplo de Cristo e dos apóstolos, os cristãos testemunham serem oprimidos no mundo. Em João 15:18-20, Jesus diz aos seus discípulos: "Se o mundo vos odeia, sabeí que, primeiro do que a vós, me odiou a mim. Se vós fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu, mas porque não sois do mundo, antes eu vos escolhi do mundo, por isso é que o mundo vos odeia. Lembrai-vos da palavra que eu vos disse: Não é o servo maior do que o seu senhor. Se a mim me perseguiram, também vos perseguirão a vós; se guardaram a minha palavra, também guardarão a vossa." Além disso, em 2 Timóteo 3:12, Paulo escreve: "E também todos os que piamente querem viver em Cristo Jesus padecerão perseguições." Em

Apocalipse 6:9-11, esta passagem descreve as almas daqueles que foram mortos por causa da palavra de Deus e do testemunho que deram. Eles clamam a Deus por justiça, indicando que foram vítimas de perseguição por causa de sua fé. Apocalipse 13:7 retrata a Besta, frequentemente interpretada como um símbolo do poder político opressivo, fazendo guerra contra os santos e vencendo-os. Isso é interpretado como uma referência à perseguição dos cristãos. Apocalipse 12:13-17 identifica o dragão como Satanás e a mulher como a Igreja. Ela é perseguida pelo dragão e foge para o deserto, simbolizando a perseguição e o sofrimento que a igreja enfrentará.

Os Cristão foram severamente perseguidos desde o início do império Romano, durante esse período, os cristãos foram presos, torturados e executados por sua fé²⁶⁶.

²⁶⁶ Cf. SORDI, Marta. Los cristianos y el Imperio romano. Traducción Amanda Rodríguez Fierro. Madrid: Encuentro, 1988.

Posteriormente temos certa estabilidade após a “conversão”²⁶⁷ de Constantino e a construção do papado medieval, talvez aqui tenhamos a primeira fase do que agora pouco chamamos de sincretismo do judaísmo político, sobretudo através da defesa da soberania papal sobre reis e imperadores²⁶⁸, ademais nesse período a igreja antes perseguida passa a perseguir os não cristãos, fato que perdura na modernidade, seja na Europa como na África, e continentes latinos americanos. Acredito que tal situação

²⁶⁷ Está em parênteses pois não há claras evidências do Imperador professando sua fé. No entanto não há dúvidas de que Constantino tenha entrado para a história, sobretudo se considerarmos a ideia de vitória do Cristianismo, surgida em 380, mas que teria iniciado com Constantino graças ao cessar das perseguições. E concretizada por Teodósio, momento em que o cristianismo passa de perseguido a perseguidor dos cultos pagãos. Constantino foi identificado como um Cristão convicto, Cristão não convicto, dentro de algumas características pagãs da época, e há um a historiografia que localiza Constantino como um político habilidoso, que foi capaz de observar as mudanças culturais de sua época, um oportunista político, com o intuito de manter seu apoio, que identificara nos grupos cristãos que cresciam. O fenômeno da conversão ou não, produziu seus desdobramentos históricos, a idade média considerou a conversão válida, e isso produziu diversos efeitos, inclusive a doação de Constantino, documento falsificado na corte do pai de Carlos Magno. Mas afinal, Constantino se converteu ou não? Caso sim, então quando isso teria acontecido? Ele teria batizado tardiamente, no fim de sua vida, contudo tal prática era costume normal no período, acreditava-se inclusive que batizando tardiamente a alma estaria menos suscetível a assimilar pecados, a alma iria mais facilmente para o céu. Então passa-se a analisar alguns documentos e relatos de época, que nos mostram como essa construção de Constantino como um devoto da fé Cristã pode ser um pouco suspeita, ou construída em um dado momento. Nos chamou a atenção os Panegíricos citados no texto. Panegirico de 307 número 7, faz menção a Apolo, e ao sol invicto. Esse panegirico traz umas informações importantes que serão acrescentadas aos textos cristãos. Após a vitória, sai da Itália e vai para a Gália e busca um pequeno templo no qual havia uma devoção mística ao Deus Apolo, nesse templo, agradecendo a primeira vitória militar, vira de lado uma legião para seguir para outro lado, Constantino teve confiança em fazer isso, interrompe sua ida a guerra civil e vai ao templo, em um ato de fé, devoção, confiança, no templo Apolo lhe aparece a antiga divindade da vitória, ao surgir em sua frente lhe apresenta um símbolo, uma nítida apresentação de desejo de sucesso de boa sorte, 30 anos de prosperidade. Ademais o Panegirico 9 de 312, descreve um dos episódios mais marcantes da vida de Constantino, quando ele vence Maxêncio, o augusto, o topo do poder em Roma. O panegirico agradece uma divindade, mas não diz qual ser. Esse episódio pode ser observado no arco do triunfo que desenhou e descreveu o episódio, e no arco de Roma, que endossa, apenas ser dedicado a divindade, sem dizer qual divindade. Disso podemos notar que Constantino teve a oportunidade de professar sua fé, mas ali não o fez. Uma outra questão que o texto chama atenção se refere a aquelas palavras, ou a visão de Constantino, que teria levado a sua conversão. O episódio narrado aparece primeiramente em Lactâncio, segundo ele Constantino foi exortado durante o sono, a colocar o símbolo sagrado nos escudos. A segunda menção aparece em Eusébio de Cesárea, e apresenta elementos diferentes da primeira. No meio do dia, quando o sol começava a declinar ele viu com seus próprios olhos, o signo da cruz, que resplandecia mais que o sol, por esse signo venceras. Na noite seguinte aparece o Cristo de Deus, e o disse para usar em combate como signo do céu. Na menção feita por Lactâncio, Constantino está dormindo, na segunda do falso Eusébio o fenômeno acontece quando o sol está começando a declinar, a cruz brilha mais que o sol. Ele viu com os próprios olhos, é uma visão material, não é sonho. Foi Constantino mesmo quem falou, não há nenhum outro relato, tem legiões todas vendo isso, e ninguém relatou em lugar nenhum. Diante da análise dos documentos, é possível perceber que a Construção de Constantino como um Cristão fervoroso e devoto, que teria protegido o mesmo em razão de sua conversão pode ser um pouco duvidosa, uma vez que não há documentos que atestam sua devoção, pelo contrário há documentos que o ligam as religiões do Império, sendo que quando teve oportunidade de demonstrar sua fé não o fez. Assim se considerarmos as conversões em massa iniciadas em 312, podemos compreender que Constantino foi hábil em proteger essa parcela de cidadãos que certamente lhe dariam apoio no Império. Cf. SIMON, Marcel e BENOIT, André. *Judaísmo e Cristianismo Antigo*. SP: Edusp/Pioneira, 1987, Livro III, Capítulo VIII: “A ‘Conversão’ de Constantino”, pp. 307-332.

²⁶⁸ Aqui me refiro a ideia de Plenitudo Potestatis papal, que se refere a pretensão universal de governo por parte do papa. Cf, dissertação de mestrado, Gustavo Felipe da Silva

mudaria no mundo ocidental com a perseguição instauradas pelos regimes comunistas do século XX²⁶⁹. Certo é que a situação se inverte quando grupos autoritários anticomunistas, lançam seu discurso²⁷⁰, O que mais tarde daria origem ao termo que a teóloga alemã Dorothee Sölle chamou de “cristofascismo”, combinação entre cristianismo e fascismo²⁷¹. Nos dias de hoje a situação não é muito diferente, ainda nessa polarização de comunista/fascista, os cristãos contemporâneos escolhem uma pena dura a ser defendida, a negação do ministério sobrenatural de Cristo, a volta do messianismo político judaico, onde em defesa do medo de serem perseguidos ou mortos como aconteceram com os apóstolos e Cristo, recordando a perseguição comunista, ou fingindo apoiar-se nela, passam a pregar a busca de um líder messiânico, que irá salvar os fiéis dos infiéis²⁷², quiçá tornar a política um exercício cristão. O que se mostra contrário ao exemplo bíblico, uma vez que nem Cristo fora messias político. Certamente, adentrar a política seria um modo de parar essa perseguição, e regular a esfera secular na moralidade e valores cristãos, o que refrearia o domínio do pagão e seus valores sobre a terra.

Nos parece que o desejo de uma parte dos Judeus, de conquistar um reino temporal. E restituir Israel, e ter um líder político militar para os libertar da opressão. Foi sincretizado pelo cristianismo, e agora se faz expressivo nas igrejas ocidentais, certamente o desejo de dominar a esfera política para instaurar os valores cristãos no mundo por meio da política, estabelecendo uma apostasia por intermédio da política. Certo que por medo da perseguição e do isolamento do mundo, os cristãos estão dispostos a suportar a adversidades da vida mundana em prol da vida eterna, no percurso de encontrar um modo mais cômodo de passar por essa vida, buscam no ocupar cargos públicos e no exercício da política refrear a opressão e morte que já recaíram sobre os cristãos que decidiram seguir a Cristo nos primeiros séculos, embora Jesus tenha dito aos seus discípulos em João 15:18-20: "Se o mundo vos odeia, sabe que, primeiro do que a vós, me odiou a mim. Se vós fôsseis do mundo, o mundo amaria o que era seu, mas porque não sois do mundo, antes eu vos escolhi do mundo, por isso é

²⁶⁹ Cf. *APPLEBAUM, Anne. Cortina de Ferro: O esfacelamento do Leste Europeu (1944-1956)*. São. Paulo: Três estrelas, 2016.

²⁷⁰ Richard Steigmann-Gall. *The Holy Reich: Nazi Conceptions of Christianity, 1919–1945*. Cambridge University Press, 2003.

²⁷¹ *Dorothee Sölle, Suffering*, trans. Everett R. Kalin Philadelphia: Fortress, 1975.

²⁷² **Gideon Rachman** *The Age of the Strongman: How the Cult of the Leader Threatens Democracy Around the World*. P. 2022.

que o mundo vos odeia. Lembrai-vos da palavra que eu vos disse: Não é o servo maior do que o seu senhor. Se a mim me perseguiram, também vos perseguirão a vós..."Longe de reconhecer o benefício da política para a vida comum e em sociedade, nos indagamos se seria esse os planos de cristo para os cristões que vimos nas passagens? Não foi justamente a separação da política e a busca pelo espiritual, que afastou Cristo dos Judeus que buscavam um messias político? No entanto, se aproximarmos um pouco mais, nos parece que primariamente nem mesmo Deus tinha o intento de que política fizesse parte da vida de seu povo. O que coloca isso em evidencia é a análise da pericope de 1 Samuel 8, onde os israelitas pedem um rei, e Deus os concede.

Seguindo a cronologia tradicional, os acontecimentos narrados no livro de Samuel cobrem aproximadamente oitenta anos, isto é, de 1050 a 970 a.C, em Israel. No período, os grandes impérios do Egito e da Mesopotâmia encontravam-se debilitados por questões internas e isso permitiu aos povos dependentes fortalecer as suas instituições sociais e políticas e adquirir maior autonomia. Não só os israelitas desejaram solidificar a sua independência, mas também os demais grupos étnicos de Canaã, dentre os quais os filisteus. Diante da ameaça de tão formidáveis inimigos, o abandono do modelo tribal e a adoção do projeto monárquico tornou-se a única opção viável para constituir um exército regular e treinado, de modo a defender o país e os territórios produtivos em particular. Além da defesa nacional, a instituição monárquica tinha a vantagem de centralizar a administração, implantar e fortalecer as instituições jurídicas e civis e zelar por um correto comportamento religioso²⁷³. Aproximadamente após duzentos anos de existência, a confederação israelita foi derrubada pela agressão dos filisteus, esses chegaram à Palestina não muito depois de Israel, e viveram lado a lado com Israel, em conflito intermitente mas cada vez mais intenso, durante quase todo o período relatado no livro de Juízes. Finalmente, eles lançaram-se à conquista que levou Israel à ruína total²⁷⁴

²⁷³ SETERS, John van. *Em Busca da História; Historiografia no Mundo Antigo e As Origens da História da Bíblia*. p. 3.

²⁷⁴ BRIGHT, John. *História de Israel*. p. 364.

Os motivos para a centralização política monárquica israelita, seriam diversos: 1) *A ameaça dos filisteus*²⁷⁵; 2) *Israel sob o jugo dos filisteus*²⁷⁶; 3) *O último da antiga ordem: Samuel*²⁷⁷. Foi nessa situação que Israel escolheu Saul, da tribo de Benjamim, da cidade de Gabaá, para ser seu rei. Sob tais circunstâncias não é surpresa que Israel tenha tomado essa decisão, e feito tal escolha. Entretanto, também não surpreende que Israel tenha tomado tal medida meio vacilante e quase com alguma relutância, já que a monarquia era uma instituição inteiramente estranha a tradição de Israel²⁷⁸, povos inicialmente nômades.

Se mais tarde o princípio dinástico foi estabelecido, em Israel, foi sem dúvida por evolução natural ou por influência das grandes nações vizinhas²⁷⁹. Segunda uma das

²⁷⁵ Os filisteus eram, de fato, um desafio significativo para uma organização de Israel na época. Eles não eram uma civilização numerosa, mas eram uma aristocracia militar bem estabelecida que governava sobre uma população predominantemente cananea. Ao longo do tempo, os filisteus se misturaram com a população cananea, compartilhando nomes de deuses e características pessoais. Os filisteus eram conhecidos por serem guerreiros formidáveis, com uma longa tradição militar. Eles viam Israel como uma ameaça à sua segurança e às rotas de comércio que atravessavam a costa para o interior da Palestina. Por essa razão, eles buscaram ganhar o controle sobre todo o oeste da Palestina, representando uma ameaça sem precedentes para Israel. Ao contrário dos inimigos anteriores, os filisteus não eram uma ameaça limitada apenas às tribos vizinhas. Eles representavam uma ameaça abrangente que as defesas tribais de Israel não poderiam vencer facilmente. Os filisteus ameaçaram a própria sobrevivência de Israel como um todo. Além disso, eram soldados disciplinados e tinham armas superiores devido ao seu monopólio do ferro. Quando a geografia permite, eles também utilizam carros de combate. Embora não estivessem sob um governo centralizado, os tiranos das cidades filisteias tinham a habilidade de agir em conjunto, algo que os reis cananeus geralmente não conseguiam fazer por muito tempo. Por outro lado, as tropas tribais de Israel eram mal treinadas e mal equipadas, o que as colocava em trânsito significativo no campo de batalha contra esses inimigos poderosos BRIGHT, John. *História de Israel*. p. 364

²⁷⁶ Após 1050 aC, ocorreu um golpe decisivo contra Israel perto de Afec, na extremidade da costa costeira. Tentando deter o avanço dos filisteus após uma campanha preliminar malsucedida, trouxeram a Arca de Silo, esperando que a presença de Iahweh (Deus) trouxesse a vitória. No entanto, o resultado foi uma derrota total. O exército de Israel foi completamente derrotado, resultou na morte de Hofni e Fineias, os sacerdotes que transportaram a Arca. Além disso, a própria Arca foi capturada pelos filisteus. Após essa vitória, os filisteus ocuparam a terra, incluindo a cidade de Silo, onde o santuário da liga tribal foi destruído. Guarnições filisteias foram protegidas em pontos estratégicos para garantir o controle da região. Uma das consequências dessa derrota foi a privação de Israel de sua indústria metalúrgica. Os filisteus buscaram impedir a fabricação de armas e proteger seu monopólio do ferro, o que levou Israel a depender totalmente dos ferreiros filisteus para qualquer serviço relacionado ao metal. Como consequência o ferro continuou escasso em Israel até o reinado de Davi. BRIGHT, John. *História de Israel*. p. 366.

²⁷⁷ Com o desaparecimento do templo central e do culto que ali era realizado, certamente houve um vazio espiritual que abriu espaço para o envolvimento de movimentos carismáticos entre o povo de Israel. Esses movimentos eram ansiosos por profetas que, por meio de sua inspiração divina e fervor religioso, buscavam incitar o povo a um zelo sagrado para combater a guerra santa de Iahweh contra os invasores filisteus. BRIGHT, John. *História de Israel*. P. 367.

²⁷⁸ BRIGHT, John. *História de Israel*. p.369.

²⁷⁹ Quando os israelitas conquistaram Canaã, o país estava dividido em uma multidão de principados. Js 12.9-24 conta trinta e um reis derrotados por Josué. Dois séculos antes, as cartas de Amarna refletem a mesma situação e mostram que ela se estendia até a Síria. Esta foi a forma que o domínio dos hititas tomou nessas regiões, mas retrocede ainda mais no tempo, os textos egípcios de proscição testemunham-na em princípios do segundo milênio. Essas unidades políticas são governadas por um rei. A mesma concepção de Estado se acha nos cinco principados filisteus da costa. É certo que esses formam uma confederação, Js 13.3; Jz 3.3; I Sm 5.8, mas esse traço aparece também na união de quatro cidades gibeonitas, Js 9.17, sem contar as alianças, que parecem transitórias, entre reis cananeus. Em contraste

tradições bíblicas, os israelitas pediram um rei para serem como as outras nações, Já fazia muito tempo que os reinos relacionados de Amom, Moabe e Edom estavam constituídos quando a federação israelita continuava ainda politicamente amorfa. De repente, ela se constitui em Estado, e Saul torna-se o primeiro rei de Israel. respeito disso, os livros de Samuel conservaram sobre a instituição da monarquia dois relatos paralelos. Um deles é favorável à monarquia, encontrado em 1 Samuel 9:1-10:16; 11:1-15, que continua em 13-14. Nesta tradição, a iniciativa vem de Deus, que escolhe Saul como libertador de seu povo (1 Samuel 9:16). Por outro lado, há outro relato que é contrário à monarquia, descrito em 1 Samuel 8:1-22; 10:18-25. Segundo esta tradição, é o próprio povo que pede um rei para ser "como as outras nações" (1 Samuel 8:5, 20; cf. Deuteronômio 17:14)²⁸⁰

O relato da eleição de Saul chegou até nós em duas narrativas paralelas: uma tacitamente favorável à monarquia, e a outra profundamente hostil. A primeira nos conta como Saul foi ungido privadamente por Samuel em Ramá, descrita em 1 Samuel 9:1 a 10:16. No decorrer desta narrativa, encontra-se também o relato originalmente separado (capítulo 11) da vitória de Saul sobre os amonitas e a subsequente aclamação que o povo lhe fez em Guilgal. Por outro lado, o outro relato (capítulos 8; 10:17-27; 12) mostra Samuel atendendo contrariado ao pedido do povo e presidindo a eleição de Saul em Masfa.

A passagem de um modo de organização tribal para monárquico foi precipitada pelo perigo filisteu que ameaçava todo Israel e exigia uma ação comum. Isso justifica a primeira tradição, onde Saul é retratado como aquele que continuou a obra dos juízes. Assim como eles, ele é visto como um salvador designado por Deus (1 Samuel 9:16; 10:1). Saul recebe o espírito de Yahweh (1 Samuel 10:6, 10; 11:6) e, como os juízes, efetivamente liberta seu povo (1 Samuel 11:1-11; 13-14). Pela primeira vez, essa escolha divina recebe o reconhecimento de todo o povo: imediatamente após a vitória sobre os amonitas, Saul foi aclamado rei (1 Samuel 11:15). O "líder carismático" (1 Samuel 9:16; 10:1) se converte em "rei" (melek) (1 Samuel 11:15). Isso representou uma grande novidade, pois a confederação israelita se tornou um Estado nacional e se

com esses pequenos Estados, há grandes impérios, como o do Egito, do qual durante longo tempo foram vassallos os reinos da Palestina e da Síria, depois os impérios assírio, neobabilônico e persa. São Estados fortemente organizados, que unem populações diversas em grandes territórios estendidos por conquista. Neles, o sentimento nacional é pouco desenvolvido e o exército que defende o território e realiza as conquistas é um exército de soldados profissionais que enquadra grupos mercenários. A autoridade é monárquica e a sucessão é, teoricamente, hereditária. VAUX. Roland d. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. pp. 117-18.

²⁸⁰ VAUX. Roland d. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. p. 120

alinhou aos reinos próximos da Transjordânia. Aqui é onde a imitação das outras nações desempenhou seu papel, conforme mencionado na segunda tradição. Pois esse Estado necessitava de instituições²⁸¹.

Pois bem, Israel se originou como povo nômade ou seminômade, de fora da Palestina, em busca de terra e pastagem. Como parte de um processo pacífico longo de infiltração ou numa conquista rápida e violenta, era natural que se visse a monarquia israelita como algo estranho a um Israel ideal pré-monárquico formado por uma liga de uma confederação tribal religiosa. Os reinados de Davi e Salomão teriam sido uma traição, uma revolução bíblica do Israel mosaico. Ainda mais a monarquia teria um caráter pagão da idade do Bronze Tardia²⁸²

Seria essa correlação com o paganismo a razão pela qual Samuel teria se mostrado contrário a tal feito. O teor das duas narrativas mostra-nos que ele teve um papel preponderante no desenrolar dos acontecimentos, e, em virtude de sua posição, era isso mesmo o que se devia esperar. Contudo, é totalmente certo que Samuel, independentemente de quaisquer que tenham sido sua intenção inicial, logo rompeu com Saul, tornando-se seu cruel inimigo. É muito provável que ele tenha encarado a instauração de uma monarquia com apreensão durante todo o tempo, como na realidade insiste a segunda das narrativas acima, temendo aonde ela podia chegar, embora agisse sob pressão, porque não via alternativa. Assim a natureza da monarquia Israelita não seria diretamente de Deus, mas da vontade dos homens. Seria esse o motivo da segunda narrativa, (1Samuel 8, 5.20) denuncia a monarquia como uma imitação das nações pagãs. E assim foi: uma instituição de certo modo estranha a Israel, apesar de comum em outros lugares, e, portanto, sugerida a Israel pelos seus vizinhos²⁸³. A respeito de tais narrativas Gerard Von Rad, chama atenção que o conjunto narrativo sobre a coroação de Saul é constituído, de duas narrativas divergentes, seja quanto à forma de relacionar historicamente os dados do evento, seja sobretudo quanto à forma de compreendê-los teologicamente. Segundo a mais antiga, Javé tomou a iniciativa em face da emergência política do seu povo. Encarregou Samuel de ungir como rei a Saul que havia chegado para, em busca da suas jumentas, fazer uma consulta com Samuel. O carisma que passado deste a Saul em virtude da sua unção permaneceu inativo durante um certo tempo, mas teria despertado durante

²⁸¹ VAUX, Roland d. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. p. 120.

²⁸² CLEMENTS, R.E. *O Mundo do Antigo Israel*. p. 127.

²⁸³ BRIGHT, John. *História de Israel*. Pp. 369-373.

o assédio bélico sofrido pela cidade de Jabes- Gileade. O Espírito de Javé teria dado provas da sua atuação, por meio da vitória de Saul sobre os amonitas, como consequência, o exército de convocação popular de Israel acabou escolhendo a Saul como rei, em Gilgal (1Samuelm 9.1-10.16; 10.27b-11.15). Segundo a outra narrativa, menos antiga, a iniciativa partiu do povo, para o horror de Samuel. Javé deu a respectiva confirmação a Samuel: com esse pedido a Javé, eles pecaram gravemente, mas Samuel deveria deixá-los prosseguir. Consequentemente, Saul foi escolhido por sorteio, em Mispa. A seguir, Samuel depôs o seu cargo de juiz, mas não sem antes lembrar o povo mais uma vez da injustiça cometida contra Javé (1 Samuel 8; 10.17—27a;12). Nessa última, os israelitas pesam sobre todas as dolorosas experiências que Israel havia experimentado com os seus reis. Apesar disso, seria muito simplista opô-las uma à outra como duas revisões, considerando a mais recente a “antimonárquica” e a mais antiga a “pró-monárquica”. Ambas falam da mesma coisa, mas sob aspectos muito diferentes. A mais antiga faz que o leitor tenha unicamente a perspectiva de Javé e do seu plano ao compreender o acontecimento. O seu interesse se concentra na revelação histórica da vontade salvífica de Javé. Após uma longa prestação de contas sobre a história da monarquia, a mais recente vê a monarquia como uma instituição que sucumbe diante do assédio do povo e que se torna vítima das habilidades intrínsecas para dirigir o Estado. Para essa concepção, o decisivo foi o efeito de, justamente através dos seus reis, Israel haver-se tornado “como os outros povos” (1 Samuel 8.5,20) e de, com a adoção da monarquia, Israel ter desprezado o governo de Javé (1 Samuel 8.7; 12.12)²⁸⁴.

No entanto, há uma ideia intrínseca a formação se Israel que leva a uma consideração antimonárquica, a ideia de que Deus é quem deveria reinar sobre Israel, de modo que a escolha de uma monarquia aos moldes pagão, implicaria em uma rejeição do plano divino, pois não é mais Deus quem reina sobre Israel, sob os estatutos da Aliança (1 Samuel 8, 7) entre Deus e seu povo, mas consite uma grave violação dessa relação entre Deus e seu povo²⁸⁵.

Apesar desse aspecto negativo vinculado ao surgimento da Monarquia, ou melhor do Governo Político em Israel, Gerad Von Rad aponta que, a transformação da antiga confederação sagrada das tribos em Estado, ao contrário da conquista, sucedeu

²⁸⁴ RAD, Gerhard von. *Teologia do Antigo Testamento*. pp. 318-19.

²⁸⁵ CARVALHO, Tiago Samuel Lopes. A Origem do Conceito de Reino na História de Israel. Anais do Congresso ANPTECRE, 2015.

num período relativamente curto, isto é, durante a geração entre Saul e Salomão. Motivo pelo qual não provocou nenhuma crise aguda na vida religiosa-cultural. Só depois de algum tempo é que a fé em Javé tomou consciência das múltiplas consequências decorrentes, de tal escolha. O episódio da realeza militar de Saul não teria suscitado, pelo menos inicialmente, grande reação nos meios religiosos e culturais, pois, na realidade, Saul era um carismático segundo o estilo antigo. Apesar dos conflitos, que não podemos ignorar, não houve, por ocasião da transformação do poder carismático em poder real (1Samuel 10.27; 11.12), nenhuma modificação imediata na vida sacral. O Estado estava então muito longe de ser um poder autônomo, capaz de influenciar a fé²⁸⁶.

Com nos aponta Gehard, concluímos que há duas narrativas a respeito da instituição da monarquia, que seria a mais antiga, onde através do seu ungido Deus queria tomar as rédeas da história de Israel na sua mão; na mais recente, Javé se defende contra a entrega da sua instituição ao sabor da vontade política de Israel, que se tornara autônoma. Dificilmente, o segundo relato terá tido a intenção de encobrir ou marginalizar a grande palavra salvífica de 1Sm 9.16. Mas, naquela época mais adiante, quando o balanço da história da monarquia já tinha sido concluído e, não por último, o duplo “não” do próprio Javé, em 721 e 587, já havia sido pronunciado; a forma teológica de considerar o surgimento da monarquia em Israel tinha que adotar pontos de vista completamente novos. Quando a narrativa mais antiga surgira, desconheciam-se ainda os perigos e as tentações, sob as quais a monarquia sucumbiria. Como o relato mais recente confere à redação final do conjunto a sua marca teológica, a imagem do primeiro ungido de Israel é curiosamente negativa, as narrativas que apresentam Saul resistindo inutilmente contra o ungido que estava chegando, e sobretudo aquelas que contam do seu fim desolador, expressam a cada linha que esse Saul não seria o ungido de Javé. Toda a tradição a respeito de Saul, portanto, jamais teve autonomia, pois ela não é apresentada por causa de si mesma, ela é condicionada em função daquilo que haveria de vir. De modo que é possível que se não fosse a relação que a transcenderia, a história de Davi, as tradições a respeito de Saul certamente já teriam desaparecido²⁸⁷.

É comum em nossos dias percebermos na política e no seio popular, a instância de uma certa autorização religiosa ao governo político, sobretudo pois a

²⁸⁶ RAD, Gerhard von, *Teologia do Antigo Testamento*. p. 50.

²⁸⁷ RAD, Gerhard von, *Teologia do Antigo Testamento*. pp.318-19.

maioria da população é cristã, o que torna difícil separar ambas as partes, se hoje observamos essa dificuldade, certamente isso foi mais acentuado durante o período Medieval, sob a querela das investiduras e a discussão em relação a potestade papal e secular, mas qual seria a origem de tal afirmativa, a saber que o governo político tem sua origem através da permissão do campo religioso? Poderíamos dizer que a passagem de I Samuel 8, possa ter contribuído, e ao menos foi interpretada em um sentido pro-monarquia ou melhor da confirmação do sacerdote sobre o rei como uma vontade divina, sem considerar os contextos das narrativas em que foi escrita. O curioso é que da presente passagem, e sobretudo do contexto, é notável que a instituição do governo político pelo menos, seja pró monárquica ou antimonárquica, implica que a origem do governo político, ao menos sob uma constituição é anterior a experiência realizada pelos fiéis em Israel, de modo que talvez, nem mesmo deveria existir entre os mesmos, pois a princípio, Deus quem deveria imperar sob Israel. Partilhando da visão antimonárquica do período, consistiria até mesmo em um rompimento com a Aliança de Deus, pois, não consiste em um plano de Sua vontade, mas sim dos homens, espelhando-se nas nações pagãs, ademais por motivo político e militar. Disso, embora Gehard tenha pontuado que o Estado estivesse longe de ser um poder autônomo, no sentido de que poderia influenciar a fé, ou mesmo no sentido de que não há certa importância de modo que permaneceu nas narrativas em detrimento de outra que estaria por vir. É possível observar que talvez, durante a formação da cristandade medieval, essa narrativa antimonárquica tenha caído por terra, pelo menos em detrimento de uma das partes. Sob um governo eclesiástico autônomo, a narrativa que permanecerá será justamente a pro monárquica, a passagem passará a ser utilizada para influenciar nos pontos de fé da cristandade e argumentar contrariamente ao governo temporal, de modo a considerar que o mesmo não tenha existido anteriormente a instituição de um governo fiel, certamente o contrário do que mostramos no período, ocasionando uma espécie de sincretismo religioso-político, assim como Samuel nomeou Saul, o Papa nomeia o governante secular no ocidente medieval, pelo menos após a nomeação de Carlos magno, e esquece-se que o ser rei já era constituído, antes da mimética ação Israelita, Medieval, e dos movimentos contemporâneos.

4. Uma nova perspectiva cristã em relação a política

Talvez tenha sido esse o mal, que tem entrelaçado pelo cristianismo, a busca de um salvador da nação terreno, presente no antigo testamento. Que fez história, e ofuscou a para alguns que se dizem cristãos, o exemplo de Cristo em relação à política. O que faz que a estrutura política de origem pagã, seja transmutada para o mundo Cristão, talvez devido a falta de percepções ao Evangelho, que leva a Crença de que através da política será possível tornar a vida individual ou coletiva mais tranquila. Talvez seja por isso que um dos últimos medievais, ao discutir sobre o assunto, diz que Deus proporcionou a capacidade aos homens de instituírem ou não um governo político, segundo sua vontade e necessidade, mas não que necessariamente seria uma ordem expressa de Deus, pois o homem pode escolher não instituir um chefe político sobre eles²⁸⁸, O que vai de acordo com o estado do povo de Israel, seguindo a vontade de Deus, antes da instituição de um rei, algo diferente do que Aristóteles enunciou ao ocidente, de que o homem é um animal político, e tende a viver em comunidade e participar ativo na sociedade²⁸⁹.

Percebe-se que é algo inerentemente distinto do exercício pentecostal contemporâneo, se Deus guiava seu povo e não havia a necessidade de um rei, se Cristo verdadeiro rei, deu o exemplo de que não era rei temporal, de modo geral não nos há espelhamento nesses dois exemplos, não há uma efetiva meditação para o cumprimento escatológico da salvação, se o fim, que há de ocorrer após a grande perseguição a sua Igreja, conforme aparece no Apocalipse, porque, os cristãos ao invés de se preocuparem em ocupar espaços políticos para evitar a fadiga de viver sob o julgo de um governo contrário ao exercício de fé Cristã, não deixam simplesmente o mundo caminhar para o seu fim? Não seria um exercício anti-apocalíptico, de perpetuação da paz na terra, e ausência da tribulação anunciada dos cristãos, um modo de tentar evitar o que está profetizado ao povo de Deus?

Mas talvez, se essa névoa, que confunde a essência da manifestação da pura fé cristã, não seja nada menos o cumprimento do que podemos ver escrito sobre os falsos profetas. Eles enganam as pessoas com falsas doutrinas ou falsos milagres (Mateus 24:24). Falsidade de caráter: Jesus advertiu que você pode discernir um falso profeta por seus frutos, ou seja, por seu caráter e pelas consequências de suas ações (Mateus 7:15-20). Ensinamentos contrários à verdade: Paulo advertiu sobre falsos mestres que

²⁸⁸ Cf. OCKHAM. Opera Politica, vol IV.

²⁸⁹ ARISTÓTELES, Política. Livro I, capítulo 2.

distorcem a verdade para atrair seguidores (2 Timóteo 4:3-4). Motivação egoísta: Pedro alerta sobre falsos mestres que exploram seus seguidores por ganância (2 Pedro 2:1-3).

Parece que este "novo evangelho" pregado pelos supostos ministros de Cristo transforma o evangelho de um ministério espiritual em um movimento político de dominação mundial. Isso tem levado os cristãos à idolatria, buscando ou mitificando um falso messias para liderar seu povo, o que vai contra as escrituras. Essa questão persiste ao longo do tempo. Um dos últimos medievais, percebendo durante a Idade Média que o papado havia transformado a autoridade de Cristo em autoridade política, argumentou contra a mistura dessas duas esferas originalmente separadas. Para ele, o governo político na Idade Média não derivava de Cristo, pois Cristo não veio para abolir ou diminuir os direitos temporais dos imperadores e príncipes seculares. Como homem sujeito a paixões e mortalidade, Cristo não assumiu um reino temporal para si. Isso encontra apoio nas passagens do Novo Testamento e nos escritos dos Padres da Igreja. Por exemplo, em João 18:36, Jesus diz: "O meu reino não é deste mundo; se o meu reino fosse deste mundo, os meus servos lutariam para que eu não fosse entregue aos judeus; mas o meu reino não é daqui." Em Mateus 22:15-22, Jesus paga o tributo a César para evitar a suspeita de que veio para ser rei na terra, e ordena que os outros façam o mesmo. Em João 6:14-15, Cristo percebe que as pessoas querem fazê-lo rei devido aos seus sinais milagrosos, mas ele foge. Para Ockham e outros, esses textos demonstram que Cristo não veio exercer autoridade secular. Portanto, é claro que, em sua humanidade passível e mortal, Cristo não foi um rei temporal e não veio para retirar ou diminuir os direitos dos imperadores e príncipes do mundo²⁹⁰.

É interessante notar que, a potestade de Cristo não consiste na política mundana, mas, se Cristo é segundo as Escrituras o único modelo para os cristãos, como apontado em João 13:15: "Porque eu vos dei o exemplo, para que, como eu vos fiz, façais vós também."; João 2:6: "Aquele que diz que está nele, também deve andar como ele andou.", fica difícil pensar que atualmente boa parte dos Cristãos estejam a seguir Cristo, mas a apostasia de um evangelho deturpado pela política, não existe amor, mas ódio, motivado pelo engajamento da política, em detrimento à observância da lei divina encontrada nas escrituras, que exorta que o cristão seja apolítico. Isso não implica concordar com os rumos do mundo, mas de se voltar para o espiritual, e compreender que o cristão é Pelegrino em terra estranha. Quando Satanás ofereceu a Jesus todos os governos do mundo, Jesus não contestou sua capacidade para fazê-lo. De fato, mais

²⁹⁰ Cf. OCKHAM. Opera Politica, vol IV. *Breviloquium*. L, IV. C. VIII. p. 210.

tarde, Jesus o chamou de "o governante do mundo". Alguns anos depois, o apóstolo Paulo também se referiu ao Diabo como "o deus deste sistema". (João 14:30; 2 Coríntios 4:4) Em uma carta aos cristãos, Paulo escreveu: "Pois temos uma luta contra governantes mundiais desta escuridão, contra as forças espirituais da maldade nos lugares celestiais." (Efésios 6:12) Assim, o verdadeiro governo deste mundo é exercido por forças espirituais corruptas, operando nos bastidores. Em suma, do que foi dito, os verdadeiros cristãos não se envolvem na política. Por quê? Porque seguem o exemplo de Jesus. Ele afirmou sobre si mesmo: "Eu não sou do mundo." E a respeito de seus seguidores, disse: "Vocês não são do mundo." (João 15:19; 17:14).

Conclusão

Diante do exposto, é possível concluir que, apesar de haver defensores da integração da prática cristã com a política e de seus possíveis benefícios²⁹¹, é crucial reconhecer que, desde o Antigo Testamento, a relação entre o povo de Deus e a vida política era quase inexistente. Os antigos israelitas não estavam envolvidos na instituição de governantes ou na política, um contraste marcante com as práticas dos povos pagãos ao redor, que possuíam sistemas políticos estabelecidos. Com o advento do Cristianismo, observamos um fenômeno similar: o desejo de incorporar o cristianismo em esferas políticas se manifestou, levando à busca por um salvador terreno que pudesse unir a dimensão espiritual com a política. Após o cristianismo se tornar a religião oficial do Império Romano, essa fusão entre religião e política transformou o cristianismo em um projeto de estado, resultando na perda de parte de sua essência original e da vontade divina. Esse processo de institucionalização e imposição do cristianismo no Ocidente ao longo dos séculos muitas vezes gerou conflitos e mortes, levantando questões sobre a moralidade e a verdadeira essência da fé cristã. Portanto, ao refletirmos sobre o cristianismo, é essencial reconhecer que, desde sua gênese, a mensagem divina se caracteriza por uma natureza apolítica, seguindo o exemplo de Cristo, que não buscou um papel político terreno, mas se concentrou exclusivamente em sua missão espiritual. A história revela que a tentativa de vincular o cristianismo à política muitas vezes desviou a prática cristã de sua verdadeira essência e propósito espiritual. O que não impede que em nossa contemporaneidade, a busca por um messias

²⁹¹ Cf. GRUDEM, Wayne. Política Segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve reconhecer. 2014.

terreno salvaguardador da fé, por meios institucionais, já preconizada desde o velho testamento, e posteriormente com a vinda de Cristo, venha a deturpar o verdadeiro fim do cristianismo, a cidade celeste, ou melhor, a salvação, em detrimento da idolatria a um messias terreno.

Referências

APPLEBAUM, Anne. *Cortina de Ferro: O esfacelamento do Leste Europeu (1944-1956)*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

ARISTÓTELES. *POLÍTICA*. Tradução e Notas de Antônio C Amaral e Carlos C. Gomes. LISBOA: Veja, 1998.

BRIGHT, John. *História de Israel*. Editora Paulus. 2004.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CLEMENTS, R.E. (Org). *O Mundo do Antigo Israel*. São Paulo: Paulus,1995.

CARVALHO, Tiago Samuel Lopes. *A Origem do Conceito de Reino na História de Israel*. Anais do Congresso ANPTECRE, 2015.

DESROCHE, Henri et al. *Dicionário de messianismos e milenarismos*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

GRUDEM, Wayne. *Política Segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve reconhecer*. 2014.

RAD, Gerhard Von. *Teologia do Antigo Testamento*. Vol, I, II. São Paulo: A STE/TARGUM .2006.

REIS, José Carlos. Os Annales: *A Renovação Teórico- Metodológica e utópica da história pela reconstrução do tempo histórico*. In: Escola dos Annales: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICHARD STEIGMANN-GALL, *The Holy Reich: Nazi Conceptions of Christianity, 1919–1945*. Cambridge University Press, 2003.

SIMON, Marcel e BENOIT, André. *Judaísmo e Cristianismo Antigo*. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1987.

SANTOS, Carlos Antonio dos. *Fronteiras entre messianismo judaico antigo e cristianismo primitivo*. Revista Jesus Histórico, v. 8, n. 14, p. 68-87, 2015.

SORDI, Marta. *Los cristianos y el Imperio romano*. Traducción Amanda Rodríguez Fierro. Madrid: Encuentro, 1988.

VAUX, Roland d. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2003.

SETERS, John van. *Em Busca da História; Historiografia no Mundo Antigo e As Origens da História da Bíblia*, São Paulo: USP, 2008.

OCKHAM, Guillelmi. *Opera politica*, 4. Vols., eds H.S. Offler et al., Vols. 1-3, Manchester University Press, Manchester 1956-74; vol. 4, Oxford University Press, Oxford 1997.